

## BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS FESTAS DO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

Fabrcio de Sousa Morais  
Graduado em Histria e Mestre em Sociologia/UFPB  
Professor substituto do Dep. Geo-Histria CH/UEPB  
E-mail: fabriciomorais@gmail.com

Não sou brasileiro,  
Não sou estrangeiro.  
Não sou de nenhum lugar,  
Sou de lugar nenhum.  
Não sou de São Paulo, não sou japonês.  
Não sou carioca, não sou português.  
Não sou de Brasília, não sou do Brasil.  
Nenhuma pátria me pariu.  
Eu não tô nem aí.  
Eu não tô nem aqui.

(Marcelo Fromer, Tony Bellotto, Arnaldo Antunes,  
Srgio Britto, Charles Gavin)

**Palavras chave:** Festas cívicas, Ensino, IHGP.

Uma das principais respostas à clássica pergunta: “quem sou eu?” pode ter sua resposta revelada pela nação. É a maneira mais comum, pelo menos até a primeira metade do século XX, de dizer quem você era e das pessoas se reconhecerem. Essas identidades nacionais não nascem prontas, elas são “algo a ser inventado e não descoberto”, não é algo natural:

A idéia de “identidade”, e particularmente de “identidade nacional”, não foi naturalmente gestada e incubada na experiência humana, não emergiu dessa experiência como um “fato da vida” auto-evidente. Essa idéia foi *forçada* a entrar na *Lebenswelt* de homens e mulheres modernos – e chegou como uma *ficção*. Ela se solidificou num “fato”, num “dado”, precisamente porque tinha sido uma *ficção*, e graças à brecha dolorosamente sentida entre aquilo que essa idéia sugeriria, insinuava ou impelia, e ao *status quo ante* (o estado de coisas que precede a intervenção humana, portanto inocente em relação a esta). A idéia de “identidade” nasceu da crise do pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o “deve” e o “é” e erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela idéia – recriar a realidade à semelhança da idéia.

A identidade nacional foi inculcada nas nossas vidas, essa ficção – como diz Zygmunt Bauman (2005) – é convertida em realidade. Uma idéia que é responsável pela recriação do passado, ela transforma algo que não existia em realidade. Para que a ficção se torne realidade é preciso que ela seja reafirmada e reconstruída. Não estamos no passado, pois este, “como sempre foi dito, é um país estrangeiro, e nunca nos encontramos por lá”. Sendo assim, os conceitos que acompanham a idéia de identidade nacional não devem ser fechados.

A nação deve ser vista como invenção, isso não quer dizer que ela seja sinônimo de mentira. Esse é um fenômeno essencialmente dual, é uma construção que começa pelo alto, pelas elites, mas não se concretizaria sem os demais segmentos sociais. O nacionalismo também serve como instrumento para a legitimação e a mobilização das massas para as lutas pelo poder. Eric Hobsbawm e Terence Ranger defendem a idéia de que as nações estão ligadas a uma série de tradições inventadas, dessa forma elas não são antigas e nem naturais.

Elas, as nações, são construídas a partir de diversos fatores, mas um dos mais marcantes é a necessidade de heróis comunitários que povoem a imaginação histórica e sociológica da população. Somam-se a esses homens “extraordinários” as datas que marcam a sua atuação. No caso brasileiro, o Sete de Setembro de 1822, marco da Independência do Brasil, é uma das principais datas que consolidam a invenção da nação brasileira. É nesse instante que é criado um dos principais heróis do panteão nacional: D. Pedro I. O rompimento dos laços políticos entre Brasil e Portugal foi moldado com muito esmero pelas elites políticas para se tornar o momento de fundação da nacionalidade, devendo ser comemorada todo ano.

Os anos e as décadas passam e as festividades da Independência continuam sendo uma das principais datas comemorativas do país. Mesmo com advento da República que, em tese, marcaria a ruptura com o passado imperial não apaga a imagem do imperador e dos seus aliados como os fatores de uma nação grandiosa. O nascimento dos Estados Unidos do Brasil (nome que consta na primeira Constituição do período republicano) é um tempo de resignificação da data e não de colocá-la em descrédito.

Estamos em 1922. O presidente do Brasil é o paraibano Epitácio Pessoa (1919-1922). Esse é um dos anos mais conturbados da nossa história, já que o seu espaço comporta acontecimentos que figuram em quase todos os manuais de história, são eles: a Semana de Arte Moderna (fevereiro), a fundação do Partido Comunista Brasileiro (março) e o marco inicial do Tenentismo, através do movimento do Forte de Copacabana, (julho).

No que diz respeito a esse artigo, gostaria de destacar, entre esses acontecimentos citados, a Revolta do Forte. Essa revolta exemplifica bem o clima de instabilidade política que existia antes e durante as comemorações do centenário. Parte do conflito estava ligada à ojeriza

do presidente aos militares, levando-o a nomear civis para os ministérios ligados às forças armadas. Um acontecimento carregado de dramaticidade, que passa pela divisão da bandeira da fortificação em vinte e oito pedaços, distribuídos com os últimos homens do forte e culmina na marcha rumo ao Palácio do Catete, onde encontraram uma morte considerada heróica. A maneira de perceber esses acontecimentos está expressa nas palavras retiradas do depoimento do major Pedro Chrysol Fernandes Brasil, que narra o exato instante do encontro dos revoltosos com as forças legais das quais ele fazia parte:

Vinha na frente do grupo, de pistola em punho, o segundo tenente Mário Tamarindo Carpenter, dias antes seu companheiro de regimento, e que lhe disse, antes mesmo de Brasil lhe dirigir a palavra: “Capitão, nós não viemos nos entregar, nós queremos morrer combatendo, contra vocês. É inútil, portanto, nos aconselhar”.

Nesse momento, um companheiro dele apontou a pistola no rosto de Brasil, dizendo-lhe: “Mato-te capitão”.

Enquanto isso, os demais companheiros abriram alas, alguns apontando-lhe pistolas e outros, os seus fuzis. Apesar disso, revestiu-se da calma que era possível no momento e disse-lhes: “Vocês estão cometendo um ato de loucura”. Um gritou-lhe: “Nós vamos ao Catete, capitão”. Novamente repetiu-lhes que eles iam cometer um ato de loucura, iriam encontrar em sua marcha um regimento inteiro, contra o qual não poderiam lutar, e os aconselhou, mais uma vez, a que se entregassem, que lhes garantiria a vida. A nada disso entenderam os rebeldes, e como continuassem a ameaçá-lo pessoalmente, atravessou pelo meio deles aparentando uma calma que não existia e, a poucos passos, gritou para o tenente Segadas Viana, que se achava, com seu pelotão, em posição na esquina da rua Barroso: “Fogo neste pessoal”.

Esse movimento demonstra o crescente descontentamento dos setores médios urbanos, o lugar de origem dos revoltosos, com o modo oligárquico de governar, encarnado no presidente Epitácio Pessoa. Como revide, é declarado estado de sítio, suspendendo as garantias constitucionais.

Em meio a este clima recheado de tumultos e inovações, tem-se o episódio mais “nacional” dos citados até agora: as festividades do Centenário da Independência, uma vez que os acontecimentos vão ser sentidos pela maioria da população. Enquanto os fatos, mencionados anteriormente, têm, no início, um alcance local, as festas chegam aos recônditos mais longínquos do país.

Era um momento ímpar: o de mostrar o Brasil para o mundo. Para isso, seguindo o modelo da época, o governo federal promoveu, entre os meses de setembro e dezembro de 1922, a Exposição Internacional do I Centenário da Independência do Brasil. Na grande feira foram mostrados os principais produtos do país, cabendo a cada estado mandar uma comissão que o representasse e expusesse os seus artigos característicos. Esta também é hora de mostrar

inovações tecnológicas, como era de praxe nas exposições e, dentre essas, merece destaque a primeira transmissão de rádio do país. O presidente Epitácio Pessoa pronunciou seu discurso de Sete de Setembro na estação que foi instalada no alto do corcovado, que podia ser ouvida nos oitenta receptores trazidos dos Estados Unidos da América, especialmente para o evento, e instalados ao longo da Exposição.

Enquanto o Brasil pretende se mostrar para o mundo como uma nação próspera, o estado da Paraíba concorreu por um espaço dentro dos festejos nacionais. Seja mandando uma comissão para a Exposição no Rio de Janeiro ou, principalmente, promovendo inúmeros eventos entre os dias dois e sete de setembro daquele ano.

Para o bom andamento dos festejos na capital paraibana, os preparativos foram iniciados com uma boa antecedência. São encontradas diversas notas no jornal **A União** – órgão oficial da imprensa – conclamando a população a tomar parte nos festejos. Além do mais, não era apenas a participação que contava, cabia a sociedade contribuir financeiramente para o sucesso do evento. Isto era válido tanto para as festas no Rio de Janeiro, em que se pedia ao povo que comprasse os “Bônus da Independência” (títulos de capitalização) para ajudar nos custos; como também na Cidade da Paraíba, onde as subscrições eram alardeadas pelo referido jornal e se fazia questão de publicar os nomes dos contribuintes. Os patriotas, naquele momento, deviam ser exaltados, já que compreendiam o espírito dos festejos. O ato de participar desses eventos pode ser compreendido como um sinal de distinção em relação aos demais habitantes da cidade. Boa parte dos recursos é advinda das subscrições populares, mas também foi injetado dinheiro público.

Ao longo do ano foram feitas várias reuniões. O objetivo destas era organizar os mínimos detalhes dos festejos. Na maioria dos casos, o lugar escolhido era a Associação Comercial da capital. À medida que os dias vão passando e, conseqüentemente, o tão esperado dia se aproxima, percebe-se o aumento na quantidade de referências a celebração. A partir dessa constatação, é possível afirmar que os primeiros 15 dias do mês de setembro, o espaço para outros assuntos vai ser diminuído drasticamente. Com isso passa a haver uma verdadeira enxurrada de notícias sobre as festas.

O que vem a seguir é uma descrição de como se desenrolaram parte das festividades do centenário na Cidade da Paraíba. A proposta é promover uma regeneração da narrativa, fazendo a ligação entre os acontecimentos e as estruturas daquela sociedade do primeiro quartel século XX. A idéia é ressaltar dois dias das comemorações e com isso visualizar alguns episódios que marcaram essa data e assim inserir o leitor naquele agitado mês de setembro do ano 1922.

O primeiro dia é dedicado às escolas. Pretendia-se inculcar os valores cívicos na cabeça dos mais novos e uma das estratégias é tentar dirimir, mesmo que momentaneamente, as

diferenças sociais existentes. Exemplo desta prática pode ser encontrado na atuação da Caixa Escolar Arruda Câmara, que doou ternos de brim aos alunos mais pobres de todas as escolas da capital, para que estes pudessem se apresentar da melhor forma possível durante as festividades do dia dois de setembro, inteiramente dedicado as escolas. A escola primária configura-se como uma ferramenta chave para a construção do sentimento nacional. O principal evento foi realizado às quinze horas e trinta minutos, do dia dois, em frente ao prédio da Escola Normal. O “Préstimo Cívico” deveria reunir todas as escolas públicas e privadas da capital.

“O centenário da Independência, como toda festa cívica, está repleto de intenções pedagógicas”. Seguindo esta afirmação é pertinente dizer que os interesses pedagógicos vão se fazer presentes de forma crucial nas escolas, o lugar construído especialmente para ensinar os mais jovens a viverem dentro de um determinado padrão civilizacional. Não deve ser esquecido que todo ensino implica em fazer escolhas e isto fez com que fosse deixado de fora do programa determinados elementos. É isto que o primeiro dia da festa revela: um conjunto de jovens vozes colocadas para bradar em uníssono pela unidade nacional, buscando reforçar as tramas do que constitui o Brasil e os brasileiros.

No terceiro dia, foi realizada uma sessão cívica patrocinada pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Dentro do seu projeto de construir a história da Paraíba, os elementos que servem à construção da nação vão ser aclamados. Nas palavras do seu presidente, Flavio Maroja: “Procuramos celebrar condignamente as datas memoráveis da nossa história”. O dia da Independência é uma data chave. Prova disto é que a fundação da agremiação foi em sete de setembro de 1905.

A participação do IHGP fica restrita à sessão cívica no Teatro Santa Rosa, que estava marcada para as dezenove horas e trinta minutos. A primeira parte foi dedicada à execução do hino nacional, tocado logo depois da entrada do Presidente do estado, Sólton de Lucena, e, em seguida, a sessão foi aberta pelo presidente do Instituto, Flávio Maroja. Para o fechamento da primeira parte houve um discurso de Álvaro de Carvalho, outro membro do Instituto. A segunda parte da sessão, denominada “Hora littero-dramatica musical”, contou com várias apresentações: canto, monólogos, poesia e músicas tocadas ao piano. Na terceira parte foi encenado o drama Amor e pátria, pelo grupo Thalia. Por fim, “Apotheose e Hymno da Independencia, cantado, no palco, por numeroso grupo de senhoritas”.

Esse dia foi bem menos popular que o evento citado anteriormente, marcado pela participação de grande parte da população. O próprio espaço da festividade, o teatro Santa Rosa (o mais importante da capital), vetava uma participação mais ampla. No teatro lotado, a elite da capital buscava imprimir a sua marca nos festejos e para isso contou com o aval do IHGP, o lugar de onde emanava a história da Paraíba.

A partir desses dois momentos, descritos aqui de maneira bastante sumária, é possível entender que ao buscar reviver a independência, durante a passagem do seu centenário, os homens do primeiro quartel do século XX, muitos deles filhos da centúria passada, pretenderam sacralizar a união da nação. Para isso buscaram atestar, através da história, a sua antiguidade e a magnificência dos seus fundadores. Foi uma tentativa que se aproveitou de uma data singular para legitimar uma determinada identidade.

**Notas:**